

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO
2º SEMESTRE DE 2015

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA PREVENÇÃO
E COMBATE À CORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
BRASILEIRA

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2919/OC-BR

Fevereiro de 2016

ÍNDICE

I. Informações Básicas	3
DADOS BÁSICOS	3
II. Introdução	4
III. Progresso na Execução da Cooperação Técnica	4
a. <u>Descrição da Cooperação Técnica</u>	4
i. <u>Objetivos de Desenvolvimento</u>	4
ii. <u>Componentes</u>	4
IV. Resultados	6
a. <u>Efeitos Diretos</u>	6
b. <u>Externalidades</u>	7
c. <u>Produtos</u>	7
d. <u>Custos do Projeto</u>	9
V. Implementação do Programa	10
a. <u>Análise dos Fatores Críticos</u>	10
b. <u>Medidas Corretivas Adotadas</u>	10
VI. Sustentabilidade	10
a. <u>Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas</u>	10
b. <u>Riscos Potenciais</u>	10
VII. Lições Aprendidas	11
VIII. Cumprimento das Cláusulas Contratuais	11
IX. Aprovação do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)	12

I. Informações Básicas

DADOS BÁSICOS (Montantes em US\$)

Nº da Cooperação Técnica: BR-L1223

Título: Programa de Fortalecimento da Prevenção da Corrupção na Gestão Pública Brasileira - PROPREVINE

Mutuário: República Federativa do Brasil

Agência Executora (AE): Contoladoria-Geral da União

Empréstimo de Cooperação Técnica: 2919-OC-BR

Setor: Reforma / Modernização do Estado-Reforma e Setor Público e Apoio

Data de Aprovação pelo Diretório: 05/03/2013

Data de Assinatura do Contrato: 17/12/2013

Data de Elegibilidade do 1º Desembolso: 01/04/2014

Data Original do Último Desembolso: 17/12/2018

Meses em Execução:

- Desde a assinatura do contrato: 24 (vinte e quatro) meses
- Desde a efetividade: 20 (vinte) meses
- Desde a elegibilidade: 20 (vinte) meses

Períodos de Desembolso:

- 1º desembolso: 8/7/2014
- 2º desembolso: 18/12/2015
- Data original de Desembolso final: 17/12/2018

Montante de Empréstimo:

- Montante Original: US\$ 18,000,000.00 (Dezoito milhões de dólares)
- Montante Atual: US\$ 18,000,000.00 (Dezoito milhões de dólares)
- Pari-Passu: 60% BID e 40% Contrapartida

Desembolsos:

- Montante Atual: US\$ 3.132.637,88 (Três milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e sete dólares e oitenta e oito centavos)

Custo Total do Projeto – Original: US\$ 30,000,000.00 (Trinta milhões de dólares)

Houve Redirecionamento de Recursos: NÃO

Investimento de Combate a Pobreza/ Equidade Social: NÃO

Classificação Ambiental: NÃO SE APLICA

Em Estado de “Alerta” no País: NÃO

II. Introdução

O presente Relatório tem por objetivo apresentar o andamento das atividades realizadas no âmbito do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE, no período de 01/07/2015 a 31/12/2015, em atendimento ao disposto no Contrato de Empréstimo 2919/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O Relatório apresenta o demonstrativo dos resultados alcançados, a descrição dos principais problemas ou dificuldades detectados durante a execução, bem como indicação e avaliação das medidas corretivas e/ou preventivas adotadas no período, de forma a garantir o alcance dos objetivos propostos.

III. Progresso na Execução da *Cooperação Técnica*

a. Descrição da Cooperação Técnica

i. Objetivos de Desenvolvimento

O objetivo geral do Programa é contribuir para a consolidação da capacidade institucional da CGU, visando ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão dos recursos públicos no Brasil.

O Programa tem os seguintes objetivos específicos:

1. Aprimorar as competências internas da instituição e promover a capacitação e a disseminação de conhecimentos a todas as unidades da CGU;
2. Melhorar a interação da CGU com os gestores públicos federais;
3. Ampliar e qualificar as frentes de atuação da CGU em apoio à melhoria da gestão na administração pública.
4. Incrementar a transparência ativa dos gastos públicos nos diferentes níveis de governo;
5. Fortalecer as atividades de controle interno nos níveis de governo estadual e municipal.

ii. Componentes

O Programa está estruturado em 04 (quatro) componentes:

I. Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

O objetivo deste componente é apoiar a modernização e a melhoria do desempenho da CGU, a partir da adoção de boas práticas de gestão de pessoas e do uso intensivo de novos recursos tecnológicos em suas diversas áreas.

O componente financiará a contratação de serviços e a aquisição de bens que permitam:

- (i) Desenhar e implantar uma política de comunicação que promova maior integração e alinhamento institucional;
- (ii) Desenhar e implementar políticas de capacitação;
- (iii) Mapear e modelar os processos de auditoria e fiscalização, e incorporá-los ao sistema de gestão das ações de controle;
- (iv) Desenvolver uma metodologia de dimensionamento do impacto econômico das ações de controle;
- (v) Implantar o portal do Observatório da Despesa Pública;

- (vi) Implantar sistemas de gestão eletrônica de documentos e melhorar os processos de governança de TI; e
- (vii) Implantar um novo modelo de gestão de pessoal baseado na gestão de competências.

II. Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal

O objetivo deste componente é fortalecer a interação da CGU com os gestores públicos federais, com vistas a melhorar o controle dos próprios gestores sobre a gestão dos recursos públicos, a prevenção de irregularidades e a gestão de riscos da ação governamental.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços que permitirão:

- (i) Desenvolver e implantar num portal eletrônico dez módulos de serviços de apoio à gestão a serem utilizados pelos gestores públicos federais, com o intuito de lhes fornecer informação sobre as melhores práticas e recomendações sobre diversos aspectos relacionados à execução de suas competências;
- (ii) Elaborar e distribuir um guia contendo orientações para a conduta dos servidores públicos;
- (iii) Criar e implantar um portal de ética e de conflitos de interesses; e
- (iv) Desenvolver e validar um Modelo de Gestão de Riscos e apoiar tecnicamente sua implantação em cinco entidades da Administração Pública Federal.

III. Promoção da Transparência e do Controle Social

O objetivo deste componente é desenvolver mecanismos para a promoção da transparência no Governo Federal e para o fomento da participação da sociedade no controle da utilização dos recursos públicos.

Serão levadas a cabo as seguintes atividades:

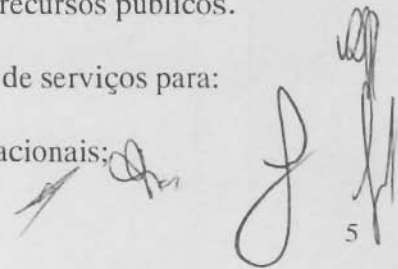
- (i) Publicação e distribuição de material pedagógico e realização de seminários sobre controle social em nível nacional e estadual;
- (ii) Realização de eventos de capacitação presencial para organizações não governamentais e cidadãos;
- (iii) Desenvolver e administrar cursos à distância para organizações da sociedade civil e cidadãos; e
- (iv) Redesenho e aperfeiçoamento do Portal de Transparência administrado pela CGU para promover a transparência ativa do Governo Federal.

IV. Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais

O objetivo deste componente é ampliar a oferta de instrumentos de apoio aos Estados e Municípios para fortalecer a integridade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços para:

- (i) Implantar portais de transparência nos governos subnacionais;



- (ii) Apoiar os municípios para a implementação e melhoria de suas unidades de controle interno;
- (iii) Constituir uma comunidade de prática para a divulgação de conhecimento relacionado com a integridade e a gestão de recursos;
- (iv) Distribuir publicações técnicas de apoio promovendo capacitação das administrações dos governos subnacionais;
- (v) Realizar seminários de controle interno em nível nacional e subnacional;
- (vi) Desenvolver e ministrar cursos a distância aos gestores das entidades subnacionais; e
- (vii) Apoiar os governos subnacionais tendo em vista a implementação de versões do Observatório da Despesa Pública (ODP).

IV. Resultados

a. Efeitos Diretos

Os indicadores do programa, estabelecidos na Matriz de Resultados, que estavam previstos para serem alcançados no final do exercício 2015, foram coletados no início do ano de 2016 junto às unidades beneficiárias e estão abordados abaixo:

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)		
Objetivo de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos	
Nº da Cooperação Técnica: BR-L1223	Efeitos Diretos Planejados:	Efeitos Diretos Obtidos:
	Percentual de recomendações com prazo inicial de cumprimento nos últimos dois anos implementados. Meta: (24)	Obtido: (26,3)
	Índice de clima organizacional* Meta: (2,54)	Linha de Base (2,54)
	Índice de retrabalho - Média de revisões por ação de controle. Meta: (0,44)	Obtido: (0,52)
	Nível de maturidade dos processos relacionados à governança de TI da CGU, segundo a metodologia CobiT* Meta: (2)	Linha de Base: (2)
	Benefícios financeiros anuais decorrentes dos trabalhos da CGU, em Bilhões. Meta: (2,33)	Obtido: (2,384)
	Percentual de gestores que consideram a atuação da Controladoria Geral da União relevante para seu trabalho* Meta: (52,73)	Linha de Base: (52,73)
	Quantidade de Ouvidoria Federais acessíveis pelo Portal Ouvidoria.gov Meta: (0)	Obtido: (76)
	Quantidade de acessos ao Portal do Cidadão* Meta: 20	Obtido: - O indicador será revisto, uma vez que haverá reformulação do respectivo Produto.

Quantidade de acessos ao Portal de Transparência (STPC), em milhares. Meta: 970	Obtido: (1.361)
Unidades Federativas (UFs) com Lei de Acesso a Informação (LAI) regulamentada (STPC) Meta: 20	Obtido: (24)
Percentual de municípios de mais de 100.000 habitantes com regulamentação da LAI implementada (STPC) Meta: 24	Obtido: (45)
Reformulação: [N] N/A	
Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento / Classificação (OD):	
[] Muito Provável(MP) [x] Provável (P) [] Pouco Provável (LP) [] Improvável (I)	
<i>[JUSTIFIQUE A OPÇÃO SELECIONADA].</i>	
Somente foram considerados os indicadores em que havia previsão de alcance ao final do exercício de 2015.	
*Foi mantido o mesmo valor da linha de base, uma vez que não havia previsão de mudança.	

b. Externalidades ocorridas no exercício 2015

4.1. Positivas:

- Aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2015 de acordo com a proposta encaminhada.

4.2. Negativas:

- Demora na aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, que ocorreu somente em 20/04/2015, acarretando atraso na execução do Programa;

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
1) Componente I. Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU Custo total: US\$ 16,570,000.00 - Contraparte: US\$ 7,370,000.00 - BID: US\$ 9,200,000.00 Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 1,202,302.48 (16,31%) Fonte BID: US\$ 1,363,930.65 (14,8%)	Produtos Planejados C1.P7 (DIE) – 2 (duas) atividades operacionais de inteligência; C1.P9 (DSI) – 29 (vinte e nove) unidades utilizando a Gestão Eletrônica de Documentos (GED);	Produtos Obtidos C1.P7 (DIE) - 02 (duas) atividades operacionais de inteligência C1.P9 (DSI) - 58 (cinquenta e oito) unidades

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
2) Componente II. - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal Custo total: US\$ 5,861,000.00 - Contraparte: US\$ 2,073,000.00 - BID: US\$ 3,788,000.00	Produtos Planejados C2.P1 (CRG) – 1000 (mil) servidores capacitados em procedimentos disciplinares;	Produtos Obtidos C2.P1 (CRG) – 1.199 (mil cento e noventa e nove) servidores capacitados em procedimentos disciplinares;

<p>Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 79,321.85 (3,8%) Fonte BID: US\$ 9,253.89 (0,24%)</p>	<p>C2.P5 (OGU) – 14 (quatorze) cursos de capacitação em Ouvidoria; C2.P6 (OGU) – 1 (uma) publicação da Ouvidoria; C2.P12 (CRG) – 1 (um) evento relacionado à Lei de Responsabilização de Pessoas Jurídicas C2.P13 (CRG) – 250 (duzentos e cinquenta) kits da Corregedoria-Geral da União.</p>	<p>C2.P5 (OGU) – 20 (vinte) cursos de capacitação em Ouvidoria; C2.P6 (OGU) – 02 (duas) publicações da Ouvidoria; C2.P12 (CRG) – 0 (zero) evento relacionado à Lei de Responsabilização de Pessoas Jurídicas. <i>(Obs.: De acordo com os termos do Memorando 6497/2015, de 19/10/2015, suscrito pelo Corregedor-Geral da União, devido a mudança de diretrizes para a divulgação da Lei nº 12.846/2013, decidiu-se pela não realização do evento.</i> C2.P13 (CRG) – 698 (seiscentos e noventa e oito) kits da Corregedoria-Geral da União. <i>(Obs.: Conforme consta do Ofício 227/2016, de 5 de janeiro de 2016, foram adquiridos 698 pen cards personalizados, com os manuais da CRG gravados. No entanto, a gravação dos arquivos apresentou defeito, e tiveram de ser restituídos ao fornecedor para regravação).</i></p>
--	--	---

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<p>3) Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social</p> <p>Custo total: US\$ 4,378,000.00 - Contraparte: US\$ 1,676,000.00 - BID: US\$ 2,702,000.00</p> <p>Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 387,731.30 (23,1%) Fonte BID: US\$ 345,350.88 (12,8%)</p>	<p>Produtos Planejados</p> <p>C3.P1 (OGU) – 2 (dois) Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação.</p>	<p>Produtos Obtidos</p> <p>Não houve realização no período. Haverá reformulação do produto.</p>

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<p>4) Componente IV – Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais</p> <p>Custo total: US\$ 2,780,000.00 - Contraparte US\$ 881,000.00 - BID: US\$ 1,899,000.00</p> <p>Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 3,651.69 (0,41%) Fonte BID: US\$ 4,562.33 (0,24%)</p>	<p>Produtos Planejados</p> <p>C4.P2 (OGU) – 8 (oito) kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União</p>	<p>Produtos Obtidos</p> <p>Não houve realização no período. Haverá reformulação do produto.</p>

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
5) Componente V - Gestão do Projeto Custo total: US\$ 296,000.00 - Contraparte: US\$ 0.00 - BID: US\$ 296,000.00 Despesas realizadas: Fonte BID: US\$ 274,326.15 (92,3%)	Produtos Planejados <ul style="list-style-type: none"> Gestão de Projetos 1 - Aquisição de Ferramentas de gestão de portfólios/projetos 2 - Transferências de conhecimento da Ferramenta de gestão de portfólios/projetos	Produtos Obtidos Aquisição da ferramenta de gestão de projetos realizada em 2014, com posterior realização de treinamento no primeiro semestre de 2015.

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
6) Avaliações Custo total: US\$ 115,000.00 - Contraparte: US\$ 0.00 - BID: US\$ 115,000.00 Despesas realizadas: Fonte BID: 0%	Produtos Planejados Relatórios: <ul style="list-style-type: none"> Avaliação Intermediária Avaliação Final 	Produtos Obtidos Avaliação intermediária – 60 dias a partir da data em que tiverem sido comprometidos 50% dos recursos do empréstimo e/ou na metade do período do desembolso. Avaliação Final – 90 dias a partir da data em que tiveram sido comprometidos 90% dos recursos do empréstimo.

d. Custos do Projeto

i) Planejado

O custo total do Programa é estimado em US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares), sendo US\$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares) financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 12,000,000.00 (doze milhões de dólares) de aporte local, cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte:

Componentes	Banco	Aporte Local	Total
Componente I - Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	9,200,000.00	7,370,000.00	16,570,000.00
Componente II - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	3,788,000.00	2,073,000.00	5,861,000.00
Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social	2,702,000.00	1,676,000.00	4,378,000.00
Componente IV - Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	1,899,000.00	881,000.00	2,780,000.00
Gestão do Projeto	296,000.00	0.00	296,000.00
Avaliações	115,000.00	0.00	115,000.00
TOTAIS	18,000,000.00	12,000,000.00	30,000,000.00
	60%	40%	100%

ii) Realizado

Em relação à execução do PROPREVINE, no período que corresponde a 17/12/2013 a 31/12/2015, foi realizado um percentual de 12,2% (doze vírgula dois por cento) do total dos recursos.

Componentes	Banco	Aporte Local	Total
Componente I – Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU –	1,363,930.65	1,202,302.48	2,566,233.13
Componente II – Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	9,253.89	79,321.85	88,575.74
Componente III – Promoção da Transparência e do Controle Social	345,350.88	387,731.30	733,082.18
Componente IV – Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	4,562.33	3,651.69	8,214.02
Gestão do Projeto	274,326.15	0.00	274,326.15
TOTAIS	1,997,423.90	1,673,007.32	3,670,431.22
Percentuais em relação a US\$ 18.000.000.00 e 12.000.000.00	11,1%	13,9%	12,2%

V. Implementação do Programa

a. Análise dos Fatores Críticos Problemas detectados durante a execução

Foi detectado tempo excessivo para a conclusão dos processos de aquisição e contratação quando realizados pela regra nacional, considerando as etapas (internas e externas) dos processos licitatórios.

b. Medidas Corretivas Adotadas

Foram realizadas reuniões de alinhamento com as unidades internas que participam em alguma etapa dos processos de aquisição e contratação, a fim de estabelecer prazos e compromissos no trâmite dos procedimentos internos.

VI. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas

Como fatores críticos têm a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes:

- (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva;
- (ii) Criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.

b. Riscos Potenciais

- Limitação de recursos orçamentários e financeiros;
- Realocação da mão-de-obra alocada ao projeto;
- Variação cambial.

VII. Lições Aprendidas

1. O planejamento das aquisições e contratações deve ser realizado com antecedência, para que não haja atraso na aprovação do Plano de Aquisições.
2. É necessário realizar reuniões periódicas com as Unidades Beneficiárias envolvidas no Programa, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas.
3. Deve haver uma comunicação com as unidades internas responsáveis pelos procedimentos de aquisição e contratação, a fim de que todas as aquisições iniciadas sejam concluídas até o fim do ano.

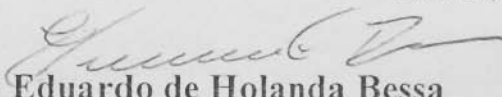
VIII. Cumprimento das Obrigações Contratuais

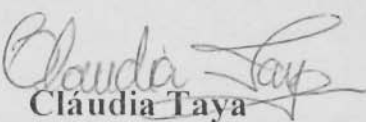
Requisito Contratual	Objeto	Documento de Apresentação	Periodicidade	Data Aprovação BID
Cláusula 1.06 (b) – Juros, das Disposições Especiais.	Pagamento semestral, com vencimento em 15/06/2015	2ª Parcela: OB800065, de 15/06/2015, no valor de US\$ 19,737.87.	Semestral	
Cláusula 1.08 – Comissão de Crédito, das Disposições Especiais.	Pagamento semestral, com vencimento em 15/06/2015	3ª Parcela: OB800065, de 15/06/2015, no valor de US\$ 12,391.96.	Semestral	
Cláusula 4.02 Principais competências do CEE	(ii)- Revisão e aprovação do POA, PA e dos relatórios semestrais.	O POA e PA 2105, encaminhado ao BID em 15/05/2015, por intermédio do Ofício nº 11.457/2015/SE/CGU-BR.	Anual	CBR – 1722/2015, de 27/05/2015
Cláusula 5.03 - Demonstrações Financeiras, das Disposições Especiais.	Apresentar os demonstrativos até 30/04/2015	Ofício nº 10.281/2015/SE/CGU de 04/05/2015: Encaminha Relatório de Auditoria do TCU e Notas Explicativas.	Anual	CBR – 1590/2015, de 15/05/2015
Artigo 7.04 (b) – Demonstração de recursos, das Normas Gerais.	Apresentar a LOA – exercício 2015	Ofício nº 12.422/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 27/05/2015.	Anual	CBR – 1835/2015, de 8/6/2015
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (2º semestre de 2014) – até 28/02/2015.	Ofício nº 4.785/2015/SE/CGU-PR, de 02/03/2015.	Semestral	CBR – 737/2015, de 9/3/2015
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2015) – até 31/07/2015.	Ofício nº 20.282/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 27/05/2015.	Semestral	CBR – 3309/2015, de 25/09/2015
Artigo 7.04 (b) – Demonstração de recursos, das Normas Gerais.	Apresentar a LOA – exercício 2016	Ofício nº 5079/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 18/01/2016.	Anual	CBR – 406/2016, de 29/01/2016


IX. Aprovação do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)

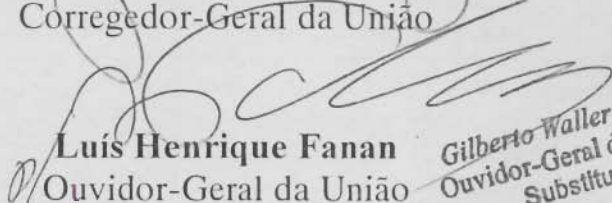
Conforme previsto no art. 3º, inciso III, da Portaria CGU nº 1.309/2013, este Relatório de Progresso (2º semestre de 2015) foi apresentado e aprovado pelos membros do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE) listados abaixo:

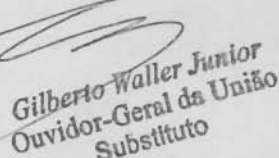
Brasília, 12 de fevereiro de 2016

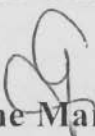

Francisco Eduardo de Holanda Bessa
Secretário Executivo - Substituto
Secretário Federal de Controle Interno

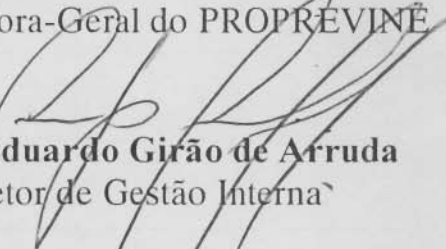

Cláudia Taya
Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção – Substituta

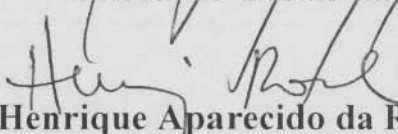

Waldir João Ferreira da Silva Júnior
Corregedor-Geral da União



Luís Henrique Fanan
Ouvidor-Geral da União

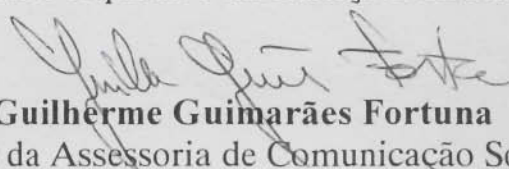

Gilberto Waller Junior
Ouvidor-Geral da União
Substituto


Eveline Martins Brito
Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Coordenadora-Geral do PROPREVINE


Carlos Eduardo Girão de Arruda
Diretor de Gestão Interna


Henrique Aparecido da Rocha
Diretor de Sistemas e Informação


Gilson Libório de Oliveira Mendes
Diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas


Guilherme Guimarães Fortuna
Chefe da Assessoria de Comunicação Social